

IPVA 2026: prazo de fevereiro permite quitação sem multa

A partir do dia 12, tem início o período destinado ao pagamento da segunda parcela

Por Ana Laura Gonzalez

Quem não efetuou o pagamento do IPVA 2026 no prazo inicial definido pela Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo (Sefaz-SP) ainda pode regularizar a situação sem a incidência de multa. A partir de 12 de fevereiro, tem início o período destinado ao pagamento da segunda parcela do imposto, que também permite a quitação em cota única, porém sem desconto. Nessa etapa, não há mais possibilidade de parcelamento para quem deixou de pagar em janeiro.

De acordo com a Sefaz-SP, o contribuinte que perdeu o primeiro vencimento poderá pagar o valor integral do IPVA até a data correspondente ao final da placa do veículo, conforme o calendário oficial. O não pagamento dentro desse segundo prazo implica a cobrança de juros e multa, conforme a legislação vigente.

O calendário do IPVA 2026 prevê vencimentos escalonados de janeiro a maio para automóveis, camionetas, caminhonetes, ônibus, micro-ônibus, motocicletas e veículos similares. Em janeiro, ocorreu o vencimento da primeira parcela ou da cota única com desconto. Em fevereiro, vence a segunda parcela ou a cota única sem desconto. As demais parcelas vencem nos



Fernando Frazão/ Agência Brasil

A frota total no estado de São Paulo é de aproximadamente 30,1 milhões de veículos

meses subsequentes, até maio, sempre de acordo com o número final da placa.

Para veículos com placas de final 1, os vencimentos ocorrem nos dias 12 de janeiro, 12 de fevereiro, 12 de março, 12 de abril e 12 de maio. Para placas de final 2, as datas são 13 de janeiro, 13 de fevereiro, 13 de março, 13 de abril e 13 de maio. O mesmo critério se aplica aos demais finais, com vencimentos entre os dias 14 e 23 de cada mês.

O pagamento do IPVA 2026 pode ser realizado mediante a

apresentação do número do Renavam na rede bancária credenciada. No Estado de São Paulo, o Pix é apontado pela Sefaz-SP como a forma preferencial de pagamento, por permitir a compensação imediata. O QR Code para pagamento é gerado exclusivamente no site oficial da Secretaria e pode ser utilizado em mais de 900 instituições financeiras.

Além do Pix, permanecem disponíveis as formas tradicionais de recolhimento, como pagamento pela internet banking,

terminais de autoatendimento, canais digitais dos bancos e casas lotéricas. O imposto pode ser quitado em qualquer um desses meios, desde que respeitado o prazo estabelecido no calendário.

O contribuinte que atrasar o pagamento do IPVA está sujeito a multa diária de 0,33%, além de juros de mora calculados com base na taxa Selic. Após 60 dias de atraso, a multa é fixada em 20% do valor do imposto. Caso a inadimplência persista, o débito é inscrito na Dívida Ativa do

Estado. A inscrição na Dívida Ativa também resulta na inclusão do nome do proprietário do veículo no Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais (Cadin Estadual). Nessa situação, o contribuinte fica impedido de utilizar créditos da Nota Fiscal Paulista e pode ter o débito cobrado por meio de protesto, pela Procuradoria Geral do Estado.

Outra medida em vigor a partir de 2026 é a isenção do IPVA para motocicletas, ciclomoteres e motonetas de até 180 cilindradas, de propriedade de pessoas físicas. A lei foi sancionada pelo Governo do Estado em dezembro e vale para veículos que estejam com registro e licenciamento em situação regular. A isenção beneficia especialmente trabalhadores que utilizam motocicletas como instrumento de trabalho, como entregadores e prestadores de serviço. Segundo o governo estadual, a medida tem impacto direto no orçamento desses profissionais e alcança milhões de motociclistas em todo o Estado de São Paulo.

As informações completas sobre o IPVA 2026, incluindo calendário, formas de pagamento e regras de isenção, estão disponíveis no portal da Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo.

São Paulo destina R\$ 37 mi à difusão cultural em 2026

O Governo de São Paulo anunciou nesta segunda-feira (26) um investimento de R\$ 37 milhões em ações de difusão cultural que serão realizadas em 2026 em municípios de todas as regiões do Estado. O anúncio foi feito durante o Encontro de Gestores Municipais da Cultura, na Sala São Paulo.

Os recursos vão contemplar a circulação de espetáculos, a realização de festivais e a valorização das culturas tradicionais paulistas. A maior parte dos programas será acessada por editais públicos, previstos para lançamento em fevereiro, enquanto o Circuito CultSP poderá ser acionado por manifestação de interesse.

Entre os programas estão o Difusão CultSP, para circulação de atrações culturais; o Apoio a Festivais, que fortalece eventos locais e regionais; e o Revelando SP, voltado à preservação da cultura tradi-



Nilton Fukuda

Encontro de Gestores Municipais da Cultura de todo o Estado

cional paulista, reunindo saberes e expressões de diferentes regiões. O investimento também prevê ações de fortalecimento da programação cultural municipal.

Segundo a secretária da Cultura, Economia e Indústria Criativas, Marília Marton, a iniciativa conso-

lida a cultura como política pública, amplia o acesso da população a programação qualificada e fortalece a atuação dos municípios. A gestão será feita pela Associação Paulista dos Amigos da Arte (APAA), e as inscrições poderão ser feitas pelo site www.amigosdaarte.org.br.

Novas leis fortalecem inclusão escolar

Em 2025, a Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp) sancionou diversas leis voltadas à ampliação de direitos de pessoas com deficiência (PCDs) e ao bem-estar de estudantes do estado. Ao menos 20 normas trataram especificamente de temas educacionais, abrangendo desde cotas em ensino técnico e superior até garantias sensoriais e alimentares a alunos neurodivergentes. Em março, a Lei Estadual 18.106/2025 proibiu a compra, venda, fornecimento e consumo de bebidas alcoólicas em escolas públicas e privadas, incluindo a realização de festas open bar. Exceções foram previstas para eventos internos autorizados pelas instituições ou entidades estudantis.

No segundo semestre, duas leis reforçaram a inclusão escolar. A Lei 18.167/2025, de julho, estabelece reserva de vagas

para PCDs em instituições de ensino técnico e superior, proporcional à população estadual segundo o IBGE, garantindo também o direito a acompanhante especializado quando necessário. O prazo de implementação é de dois anos.

Já a Lei 18.182/2025, sancionada em agosto, assegura adaptações para alunos com transtornos do neurodesenvolvimento. Entre as medidas estão a permissão de levar alimento próprio, caminhar descalço ou de meias, e substituir sons estridentes por estímulos adequados, evitando desconforto sensorial.

Além das leis de inclusão, a Comissão de Educação e Cultura aprovou mais de 15 projetos conclusivos, que incluem a homenagem a educadores e lideranças locais na denominação de escolas e faculdades.